



# LOJAS HERING S/A



CNPJ 82.640.632/0001-84

NIRE 42300010103

## Companhia Aberta

Iniciada originariamente, no Brasil, pelo comerciante/imigrante Hermann Hering, em 1878, ao qual se juntou o seu irmão Bruno Hering, com sede sempre no mesmo local, cujo capital e ativos foram utilizados para a constituição, em 1893, de outra Companhia, da qual foi tornada novamente independente por deliberação unânime, em AGE, datada de 23/12/1950, arquivada na Junta Comercial em 18/01/1951, sob número 5.513, com consequente lavratura de **Escritura Pública de Compra e Venda, sob a forma onerosa** e pela qual aquela Companhia vendeu e os acionistas de Lojas Hering adquiriram, os ativos móveis, imóveis, mercadorias e especialmente o **fundo de comércio**, envolvendo a **marca e a clientela da área de varejo, para uso no comércio, livremente, em todo o Brasil, nesta atividade e, ou, outra qualquer atividade, a critério de sua administração, sem qualquer restrição, para que a nova Sociedade ...”os possua, como seus que são, de hoje para sempre”**... (grifamos), como alhures foi mencionado na própria Escritura Pública. A dita **Escritura Pública** também constituiu a sociedade Lojas Hering S/A, lavrando seus **Estatutos constitutivos, assinados pela diretoria, por todos os membros dos conselhos de administração e fiscal da então vendedora dos ativos como determinado pela autorização dada na AGE dessa**, e também pelos sócios e esposas dos fundadores da Lojas Hering S/A, tudo conforme registrado no Primeiro Ofício de Notas da Comarca de Blumenau, SC, fls. 54 e seguintes, no livro número 19, na data de 29/12/1950, arquivado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina, sob número 10.545, em 04/01/1951 e publicado no Diário Oficial do Estado, na página 7, da edição número 4.334, em 05/01/1951.

### “FUNDO DE COMÉRCIO”

É designação dada ao *conjunto de direitos* que se estabelecem a favor do comerciante, nos quais se computam e se integram não somente os que se possam representar ou configurar materialmente, mas toda sorte de *bens, mesmo imateriais*, que se exibem como um *valor* a favor do comerciante.

O *fundo de comércio* pode assim ser representado pelo *ponto*, em que o negócio está estabelecido; pela *popularidade* do estabelecimento, o que constitui a sua *fama*, pela condição de *negócio instalado*, pela *freguesia*, *nome comercial*, *marcas de fábrica e de comércio*, enfim, por todo e qualquer elemento de que disponha o comerciante para desenvolvimento e realização de seus negócios.

O negócio instalado, cercado de todas as circunstâncias, consequentes de sua instalação e funcionamento, resulta na evidência de um *fundo de comércio*, que se representa um bem patrimonial do comerciante, pois que possui inegável e indiscutível *valor econômico*”.

(o que está em itálico, está assim também na obra original, o negrito é nosso).

(De Plácido e Silva, título: Vocabulário Jurídico, Volumes I e II, Edição Universitária, Editora Forense, 2ª edição, Rio de Janeiro 1990, p. 334)

## **ATENDIMENTO AS INFORMAÇÕES REQUERIDAS PELAS INSTRUÇÕES CVM 480/09 E 481/09, PARA A CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 26/04/2018, ÀS 14:00 HORAS.**



## PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

### ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 26/04/2018, ÀS 14:00 HORAS.

Prezados Acionistas:

O Conselho de Administração da Lojas Hering S/A, vem submeter, para exame e deliberação, a seguinte proposta.

1) Do Exercício social findo em 31/12/2017:

1.1) Aprovação do Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras e Parecer dos Auditores Independentes.

1.2) Aprovação da destinação do lucro líquido da Companhia relativo ao exercício social de R\$ 69.964,93, a ser apresentado a Assembleia Geral Ordinária da Companhia, da seguinte forma:

a) R\$ 3.498,25 (três mil, quatrocentos e noventa e oito reais e vinte e cinco centavos) para a constituição de reserva legal;

b) R\$ 22.279,35 (vinte e dois mil, duzentos e setenta e nove reais), correspondente a R\$ 0,17 (dezessete centavos de real) por ação, a título de dividendos, sendo R\$ 12.261,65, correspondendo a R\$ 0,0936, por ação, à título de dividendos obrigatórios, fixados no estatuto social em 25% do lucro líquido ajustado, e, R\$ 10.017,70, correspondente a R\$ 0,0764, por ação, como distribuição adicional, totalizando assim, o montante total distribuído a título de dividendos o percentual de 45,42% do lucro líquido ajustado (= lucro líquido total - valor da reserva legal e do total do resultado líquido do ajuste a valor justo de propriedades de investimento), ou, de 31,84% do lucro líquido antes dos ajustes do exercício. O pagamento do dividendo será realizado em 25/05/2018, tomando como base de cálculo a posição acionária de 04/05/2018. As ações passarão a ser negociadas sem o direito ao recebimento do dividendo a partir de 07/05/2018.

c) R\$ 26.767,26 (vinte e seis mil, setecentos e sessenta e sete reais e vinte e seis centavos), para Reserva de Lucros, que em futura Assembleia Geral Extraordinária, será proposto para a utilização como aumento de capital social da Companhia, sem emissão de novas ações, nos termos do artigo 169, caput e parágrafo 1º, da Lei 6.404, de 1976.

d) R\$ 17.420,07 (dezessete mil, quatrocentos e vinte reais e sete centavos) referente ao resultado líquido do Ajuste a Valor Justo de Propriedades de Investimentos, para Reservas de Lucros a Realizar.



- e) A administração renunciou a participação nos lucros a que faria jus.
- 2) Aprovação para transferir o saldo da conta Ajuste de Avaliação Patrimonial pela reclassificação de valor proveniente de Ajuste a Valor Justo de Propriedades para Investimento de exercício anterior (2014) existente em Patrimônio Líquido, no montante de R\$ 57.904,87, para a conta Reservas de Lucros a Realizar.
- 3) Fixação da remuneração global mensal para o exercício 2018, em até R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), para o Conselho de Administração e Diretoria.

Blumenau, 12 de março de 2018.

Conselho de Administração:

Edda Elisa Steinbach – Presidente

Denise Steinbach Zadrozny – Vice-Presidente

Cid Steinbach - Secretário

Diretoria:

Cid Steinbach – Presidente

Ademar Klemz – Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores



## ANEXO 9-1-II – INFORMAÇÕES DA PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO EXIGIDAS PELA INSTRUÇÃO 481/09

1. Informar o lucro líquido do exercício:

**O lucro líquido do exercício de 2017 é de R\$ 69.964,93.**

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

**O montante global a ser distribuído à conta de dividendos é de R\$ 22.279,35 (vinte e dois mil, duzentos e setenta e nove reais e trinta e cinco centavos), correspondente a R\$ 0,17 (dezessete centavos de real) por ação, a título de dividendos, sendo R\$ 12.261,65, correspondendo a R\$ 0,0936, por ação, à título de dividendos obrigatórios, fixados no estatuto social em 25% do lucro líquido ajustado, e, R\$ 10.017,70, correspondente a R\$ 0,0764, por ação, como distribuição adicional, totalizando assim, o montante total distribuído a título de dividendos o percentual de 45,42% do lucro líquido ajustado (= lucro líquido total - valor da reserva legal e do total do resultado líquido do ajuste a valor justo de propriedades de investimento), ou, de 31,84% do lucro líquido antes dos ajustes do exercício. Não houve pagamento de dividendos antecipados, tão pouco de juros sobre capital próprio.**

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

**O percentual do lucro líquido do exercício a ser distribuído é de 31,84%.**

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

**Não há dividendos a serem distribuídos com base em lucros de exercícios anteriores.**

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

**O valor bruto dos dividendos das 46.272 ações ordinárias é de R\$ 7.866,24, e das 84.783 ações preferenciais é de R\$ 14.413,11.**

**Não houve pagamento de juros sobre capital próprio.**

- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

**Forma de pagamento:**

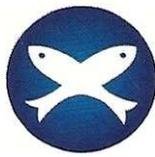


- a) O pagamento dos dividendos aos acionistas elegíveis ao recebimento ocorrerá mediante crédito em conta corrente, para aqueles que tenham manifestado expressamente opção nesse sentido e estejam com o seu cadastro atualizado junto a instituição depositária das ações que é o Banco Bradesco S/A.
- b) Os acionistas elegíveis que possuírem ações custodiadas na Central Depositária da B3 terão os valores a que fizeram jus creditados diretamente à B3, que se encarregará de repassá-los aos acionistas através dos agentes de custódia.
- c) Os demais acionistas elegíveis, devidamente identificados, deverão dirigir-se a qualquer agência do Banco Bradesco e solicitar a emissão de aviso de pagamento para recebimento no caixa.

**Prazo do pagamento:**

**O pagamento dos dividendos ocorrerá no dia 25/05/2018.**

- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio  
**Não haverá incidência de atualização monetária e juros sobre os dividendos.**
  - d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.  
**A data base para a identificação dos acionistas que terão direito ao dividendo será o dia 04 de maio de 2018. A partir do dia 07 de maio de 2018, as ações passarão a ser negociadas sem o direito ao recebimento dos dividendos do resultado do exercício de 2017 ora distribuídos.  
Não há pagamento de juros sobre capital próprio.**
6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores
- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados
  - b. Informar a data dos respectivos pagamentos  
**Não houve declaração de dividendos ou juros sobre o capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou períodos menores. Havia saldo de prejuízos acumulados a compensar que somente foram superados no último período de apuração trimestral.**



7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	2017	2016	2015	2014
<b>Lucro Líquido do Exercício – em Reais</b>	<b>69.965,93</b>	<b>492.766,75</b>	<b>479.162,94</b>	<b>521.408,91</b>
<b>Por Ação – em Reais</b>	<b>0,53</b>	<b>3,76</b>	<b>3,66</b>	<b>3,98</b>

b. Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos nos 3 (três) exercícios anteriores

**Em 2014, 2015 e 2016, foram distribuídos dividendos no total de R\$ 33.798,18, R\$ 255.204,94 e R\$ 258.128,75, respectivamente. Em nenhum destes três últimos exercícios ocorreu o pagamento de juros sobre o capital próprio.**

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

**O montante destinado a constituição da reserva legal é de R\$ 3.498,25.**

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

**A forma de cálculo da Reserva Legal é determinada pelo artigo 193 da lei 6.404/76 como previsto no art. 27, caput e parágrafo único e no art. 29, inciso I, ambos do Estatuto Social da Companhia.**

**O percentual do lucro líquido a ser destinado a Reserva Legal é de 5% calculado sobre o valor de R\$ 69.964,93.**

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais



- e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

**As ações da companhia não são divididas em classes, apenas em tipos: ordinárias e preferenciais. Não há obrigação estatutária de pagar às ações preferenciais dividendos fixos ou mínimos.**

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

**A Companhia, conforme previsto no art. 27, caput e seu parágrafo único e, no art. 29, inciso III, ambos de seu Estatuto Social, pagará 25% no mínimo, a título de dividendos obrigatórios, sobre o lucro líquido, depois de feitas as deduções legalmente previstas e os prejuízos acumulados.**

- b. Informar se ele está sendo pago integralmente

**Sim, inclusive com um adicional que faz com que o percentual pago seja de 45,42% do lucro líquido ajustado, ou, de 31,84% do lucro líquido total, antes de qualquer ajuste, como já informado na resposta ao item 2.**

- c. Informar o montante eventualmente retido

**Não há proposta de retenção de dividendos obrigatórios.**

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

- a. Informar o montante da retenção  
b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos  
c. Justificar a retenção dos dividendos

**Prejudicado. Não há proposta de retenção de dividendos obrigatórios.**

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado à reserva  
b. Identificar a perda considerada provável e sua causa  
c. Explicar porque a perda foi considerada provável  
d. Justificar a constituição da reserva

**Não há proposta de destinação do lucro líquido para constituição de**



reserva de contingências.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar  
**Do resultado do exercício de 2017, o montante de 17.420,26.  
A transferência do saldo da conta Ajuste de Avaliação Patrimonial pela reclassificação de valor proveniente de Ajuste a Valor Justo de Propriedades para Investimento de exercício anterior (2014), no montante de R\$ 57.904,87.**
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva  
**O montante de R\$ 17.420,26, do exercício de 2017, refere-se ao resultado líquido do Ajuste a Valor Justo de Propriedades de Investimentos.  
O montante de R\$ 57.904,87, correspondente ao saldo da conta Ajuste de Avaliação Patrimonial existente no Patrimônio Líquido, oriundo de Ajuste a Valor Justo de Propriedades para Investimentos, nos termos do ICP 10 e CPC 28. O impacto dessa revisão de 2014, foi de R\$ 88 mil a título de receita e de R\$ 30 mil a título de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, tendo sido creditado Tributos Diferidos (passivo) e debitados IR/CSLL Diferidos.**

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva
- b. Identificar o montante destinado à reserva
- c. Descrever como o montante foi calculado

**Não há proposta para destinação do lucro líquido para constituição de reservas estatutárias.**

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital

**Não há proposta para destinação do lucro líquido para constituição para orçamento de capital.**

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais



- a. Informar o montante destinado à reserva
- b. Explicar a natureza da destinação

**Não há proposta para destinação do lucro líquido para constituição de reserva de incentivos fiscais.**

17. Destinação de resultado para reservas de lucros

**Por iniciativa da administração, será proposto a AGO – Assembleia Geral Ordinária que aprovará as contas do exercício, que seja destinado a reserva de retenção de lucros, o montante de R\$ 26.767,07, que em futura AGE – Assembleia Geral Extraordinária, será proposto para a utilização como aumento de capital social da Companhia, sem emissão de novas ações, nos termos do artigo 169, caput e parágrafo I, da lei 6.404/76.**



CNPJ nº. 82.640.632/0001-84  
NIRE 42300010103

## COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA

Item 10 do Anexo 24 da Instrução CVM nº. 480/2009

Em cumprimento à disposição do art. 9º, da Instrução CVM nº. 481, de 17 de dezembro de 2009, a Companhia, presta as informações relativas ao item 10 do Formulário de Referência, que corresponde ao anexo nº. 24, da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009.

A abreviatura **FR** doravante empregada refere-se a **F**ormulário de **R**eferência e **R.** corresponde a **R**esposta ao questionamento.

### Item 10.1 do FR – Condições financeiras e patrimoniais gerais

#### a) Condições financeiras e patrimoniais gerais.

R. A Diretoria considera que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais para conduzir seu negócio sem solução de continuidade nos prazos usuais aceitos pelas normas vigentes.

#### b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

R. O capital social nos exercícios de 2015 a 2017 é de R\$ 17.359.611,57, e encontra-se dividido em 131.055 ações da mesma classe, das quais 46.272 são ordinárias e 84.783 são preferenciais.

##### b.i) Hipóteses de resgate:

R. Somente as legalmente previstas.

##### b.ii) Fórmula de cálculo do valor de resgate:

R. Se e quando, as legalmente previstas.

#### c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos assumidos.

R. A Companhia possui condições de honrar os seus compromissos financeiros assumidos para o exercício de 2018, como já o fez entre 2015 e 2017.

#### d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

R. Resumem-se ao capital próprio, ao financiamento de fornecedores e a geração própria de caixa.

#### e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

R. A Companhia não pretende utilizar capital de terceiros como fonte de financiamento, além daqueles dos fornecedores.



**f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

**f.i) Contratos de empréstimo e financiamentos relevantes.**

R. Não há.

**f.ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras.**

R. Não há.

**f.iii) Grau de subordinação entre dívidas.**

R. Não estabelecido.

**f.iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.**

R. Não há restrições impostas ao emissor, exceto quanto a distribuição de dividendos no que se refere a anterior compensação de prejuízos acumulados inexistentes no final do exercício anterior.

**g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados.**

R. Devido a sua situação econômica e financeira, a Companhia não tem financiamentos contratados não utilizados.

**h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.**

R. Em 2015 e 2016 não houve alterações significativas nas demonstrações financeiras e o valor da avaliação de seus imóveis, para locação, nos termos do ICP 10 e CPC 28, feita por profissional técnico, face a situação do preço dos imóveis no mercado, concluiu em manter o mesmo montante do exercício imediatamente anterior. No exercício de 2017, o resultado líquido do Ajuste a Valor Justo das Propriedades para Investimentos, decorrente de avaliação feita para esse exercício, foi reconhecida em resultado, impactando este em R\$ 17.420,07.

**Item 10.2 do FR – Resultado operacional e financeiro**

**a.i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita.**

R. Em 2017, da receita bruta total de R\$ 4.011 (R\$ 3.766, mil, em 2016 e R\$ 3.552 mil, em 2015), R\$ 1.398 mil, (R\$ 1.188 mil, em 2016 e R\$ 970 mil, em 2015), provém da venda de mercadorias, R\$ 2.582 mil (R\$ 2.550 mil, em 2016 e R\$ 2.518 mil, em 2015), provém da locação dos imóveis da sede da Companhia, e, R\$ 31 mil (R\$ 28 mil, em 2016 e R\$ 64 mil, em 2015), são oriundas de outras receitas.

**a.ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.**

R. No exercício de 2017, a receita bruta da venda de mercadorias pelo varejo, teve alta de 17,7% (frente 22,5% em 2016 e 14,7% em 2015). A receita bruta das locações, apesar dos contratos existentes sofrerem a correção pela variação do IGP- DI, obteve crescimento de apenas de 1,26, (1,3% em 2016 e 4,6% em 2015), o que mais uma vez foi motivado pelo grande volume de oferta de imóveis comerciais disponíveis à locação na cidade de Blumenau, SC, face a situação econômico financeira nacional. A vacância de espaços comerciais em nosso empreendimento (Shopping H), além de reduzir a receita proveniente da locação, aumenta a despesa dos encargos comuns (condomínio) pagas ao



empreendimento pelo empreendedor – Lojas Hering, influenciando assim negativamente no resultado.

**b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.**

R. A baixa variação positiva das receitas de locação, ocorreu face a situação econômico financeira que a nação atravessou no decorrer do exercício de 2017, de quase estabilidade, em que não permitiu a renegociação para cima, dos preços de alugueis, e tampouco a colocação dos pontos vazios. As receitas de vendas de mercadorias do varejo, foram novamente positivas, face a venda de produtos de melhor valor agregado. O câmbio não tem nenhuma influência nas nossas receitas e ou preços.

**c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro.**

R. A estrutura de custo e da receita, exceto aquela proveniente das locações, vem acompanhando nos últimos anos a variação média do IGP-DI.

**Item 10.3 do FR – Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**

**a) introdução ou alienação de segmento operacional.**

R. A Companhia não alterou ou tem planos para alterar o seu segmento operacional.

**b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária.**

R. A Companhia não adquiriu ou alienou participação societária.

**c) eventos ou operações não usuais.**

R. Não ocorreram.

**Item 10.4 do FR Mudanças significativas nas praticas contábeis – Ressalvas e ênfases no parecer do auditor**

**a) Mudanças significativas nas práticas contábeis**

R. Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis.

**b) Efeitos significativos nas práticas contábeis**

R. Em 2017 não houve mudanças nas práticas contábeis que tenham impacto nas demonstrações.

**c) Ressalvas e ênfases presentes no Relatório dos Auditores**

R. Não há ressalvas e ênfases. A administração concorda com o parecer emitido pelo auditor.

**Item 10.5 do FR – Políticas contábeis críticas**

R. Em função da especificidade da atividade econômica da Companhia, não são adotadas políticas contábeis críticas pela administração que exijam julgamentos subjetivos ou complexos.

**Item 10.6 do FR – Controles internos relativos à elaboração das demonstrações**



**financeiras – Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor**

**a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.**

R. Não detectamos imperfeições nos procedimentos adotados que nos levassem a modificá-los e ou corrigi-los.

**b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor.**

R. Não há.

**Item 10.7 do FR – Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios**

R. Não ocorreu oferta de distribuição pública de valores mobiliários nos últimos três exercícios.

**Item 10.8 do FR – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

R. Nada a informar.

**Item 10.9 do FR – Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

R. Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

**Item 10.10 do FR – Plano de negócios**

**a.) investimentos, incluindo:**

**a.i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

R. Os investimentos em andamento resumem-se a manutenções e melhorias usuais e rotineiras nos imóveis da sede da Companhia.

**a.ii) fontes de financiamento dos investimentos**

R. Geração própria de caixa.

**a.iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

R. Não há.

**b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.**

R. A Companhia não adquiriu ou pretende adquirir ativos que influenciem materialmente a capacidade produtiva.

**c.) novos produtos e serviços, indicando:**

**c.i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

R. Não há pesquisas em andamento.

**c.ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para o desenvolvimento de novos produtos ou serviços.**



R. Visto ao haver pesquisas em andamento não há que se falar em gastos.

**c.iii) projetos em desenvolvimento já divulgados.**

R. Não divulgamos nenhum projeto em desenvolvimento.

**c.iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.**

R. Não houve gastos com o desenvolvimento de novos produtos e serviços.

**Item 10.11 do FR – Outros fatores com influência relevante**

**R.** Importante ressaltar a influência do Refis Federal, Lei nº. 9.964, de 10 de abril de 2000, cujo montante ascende a cinco anos de faturamento bruto da Companhia, no resultado operacional, visto que a despesa financeira dele oriunda, representa aproximadamente 14% da receita bruta, o que afeta diretamente o resultado da Companhia. Esta dívida está garantida através da penhora de dois imóveis que integram a sede da Companhia.

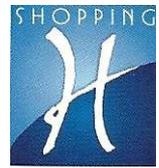
No exercício de 2017, o lucro líquido também foi fortemente impactado pela elevação do pagamento de honorários advocatícios na rubrica contábil de serviços de terceiros, pessoa jurídica, que alcançou o montante de R\$ 614 mil, ante R\$ 186 mil, em 2016.

Este montante de honorários se refere ao mandato de segurança pelo qual a Companhia visa impedir a Receita Federal do Brasil de lhe impor a cobrança de valor de parcela mensal sobre faturamento na ordem de até 22%, ao invés de 1,5% , da receita bruta, como estipulado na Lei do Refis (Lei 9.964/2000), sob a ameaça de exclusão do referido parcelamento, por alegação de pagamento irrisório, insuficiente de promover a quitação em prazo determinado, não estabelecido na lei de regência. As decisões foram favoráveis a Companhia na primeira instância e no Tribunal Regional Federal da 4ª região, onde inclusive resultou em súmula, e, a União propôs recurso especial e extraordinário que foi contra arrazoadado, aguardando decisão para ascender ao STJ e STF.

Tal montante de honorários, refere-se ainda, a parecer jurídico e ao patrocínio de causas na justiça comum em que a Lojas Hering S/A discute com a Cia Hering, o uso pela Lojas Hering S/A, do dístico dos dois peixes cruzados e da denominação para nominar seu empreendimento comercial como Centro Comercial Lojas Hering (Shopping H – desde fev.2000, logo após a citação inicial) e na época de 1999, a cessão de sua denominação, a duas ex-funcionárias em duas ex-lojas antes ocupadas pela Lojas Hering S/A. Discute-se igualmente com a Parjon, a Limit, franquizadas a época da Cia Hering e com a própria Cia Hering, o uso por aqueles e de terceiros franquizados, do título de estabelecimento e marca Lojas Hering, Hering Store, e outras assemelhadas, no ramo de comércio. Discute-se, na justiça federal, no Rio de Janeiro, contra a Cia Hering, o registro, nas classes de comércio, por aquela, de marcas com a denominação Hering, Hering Store e assemelhadas, no INPI, uma vez que de fato e de direito a Cia Hering, vendeu de forma onerosa estes ativos e estes fora integrados por escritura pública, ao ativo permanente de Lojas Hering S/A, tudo a partir de autorização de AGE da própria Cia Hering. Discute-se nesta mesma ação o registro pela Lojas Hering S/A, da marca nas classes de comércio e serviços. Deixa-se claro na ação da justiça federal que a marca Hering para produtos, detida pela Cia Hering, não está em discussão, uma vez que está sempre foi a atuação da Cia Hering, situação que foi alterada quando a partir de 1999, veio a atuar no ramo de comércio, usando como título de estabelecimento Hering Store, sem respeitar a transação onerosa feita entre as partes anteriormente. As ações na justiça comum, resultaram desfavoráveis em primeira e segunda instancia para a Lojas Hering, tendo sido esta condenada, na segunda instancia, em decisão



# LOJAS HERING S/A



não transitada em julgado, a pagar perdas e danos, em apuração de sentença pelo uso de marca no centro comercial de sua propriedade e pelas duas cessões realizadas. Não houve pedido na inicial, e a Lojas Hering S/A não foi condenada a abstenção da marca Hering e da figura dos dois peixes em seu varejo, uma vez que a Cia Hering, em diversas manifestações reconheceu-lhe este direito. As decisões da justiça comum, estão no TJSC em fase de análise de aceitação dos recursos especial e extraordinário. A ação proposta na Justiça Federal do Rio de Janeiro, ainda tramita na primeira instancia e depende de apresentação e análise de provas adicionais requeridas, para posterior julgamento.



## **REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES** **Item 13 do Anexo nº. 24 da Instrução CVM nº. 480/2009**

Em cumprimento à disposição do art. 12, da Instrução CVM nº. 481, de 17 de dezembro de 2009, a Companhia, presta as informações relativas ao item 13 do Formulário de Referência, que corresponde ao anexo nº. 24, da Instrução CVM nº. 480, de 07 de dezembro de 2009.

A Companhia possui apenas conselho de administração e diretoria estatutária. O conselho de administração é composto de três membros, um integra a diretoria estatutária e recebe apenas a remuneração do cargo de diretor. A diretoria estatutária entre 2014 e 2016 era composta de dois membros.

As informações referem-se ao exercício 2015, 2016 e 2017.

A abreviatura **FR** doravante empregada refere-se a **Formulário de Referência** e **R.** significa **Resposta.**

### **Item 13.1. do FR**

#### **Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**

R. A Companhia adota a anos a prática da remuneração fixa (pró-labore mais benefício de seguro saúde) para os membros do conselho de administração e da diretoria estatutária. Não existe diretoria não estatutária.

O Estatuto Social prevê a participação dos administradores e diretores na importância de até 10% do lucro líquido ajustado, contudo, em razão de todos serem acionistas, eles renunciaram a participação nos resultados dos exercícios de 2015 e 2016, como também o fazem em relação ao resultado do exercício de 2017.

### **Item 13.1, letra “a” do FR**

#### **Objetivos da política ou prática de remuneração**

R. A remuneração almeja remunerar minimamente os membros, todos acionistas, pelos serviços prestados, visando a continuidade da Companhia e o pagamento de seu endividamento de longo prazo.

### **Item 13.1. letra “b”, i, ii e iii do FR:**

#### **Composição da remuneração, indicando:**

##### **i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles**

R. Aos membros do conselho de administração e diretoria, todos acionistas, é paga mensalmente remuneração fixa formada por pró-labore, e, benefício de seguro saúde. No decorrer do exercício de 2016, os próprios administradores, devido a situação econômica nacional, pagaram pessoalmente o seu plano de saúde, em 11 dos 12 meses. O mesmo aconteceu em 2017, quando também pagaram pessoalmente a maior parcela desta despesa. A remuneração tem por objetivo reembolsar custos com o desempenho do cargo e motivá-los minimamente a continuar em seus cargos auxiliando a Companhia a ultrapassar as dificuldades e futuramente voltar a se desenvolver.



**ii.) qual a proporção de cada elemento na remuneração total**

R. Os membros do Conselho de Administração nos anos de 2016 e 2015, receberam 100% em remuneração fixa à título de pró-labore. Em 2017 receberam 68% em remuneração fixa à título de pró-labore e 32% a título de benefícios.

Para a diretoria estatutária, nos anos de 2017, 2016 e 2015, em média, a remuneração fixa formada pelo pró-labore, correspondeu pela ordem a 73%, 92% e 53% e a remuneração paga através do benefício de seguro saúde, correspondeu também pela ordem a 27%, 8% e 47% do total. No ano de 2016, face a situação econômica, os diretores efetuaram eles próprios o pagamento do benefício mensal de seguro saúde, em 11 dos 12 meses e em 2017 em 5 dos 12 meses.

**iii.) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração**

R. A Companhia, continua não adotando metodologia de cálculo previamente definida para cada um dos elementos da remuneração. O reajuste da remuneração fixa representada pelo pró-labore segue índices de correção aceitos pelo mercado, tais como o INPC ou o IGP-DI, ou negociação pontual. A remuneração paga através do benefício do seguro saúde dos diretores, se aplica o reajuste que o plano anualmente impõe, mas em 2017, adicionalmente, houve a troca da Seguradora com a finalidade de reduzir o valor mensalmente dispendido.

**iv.) razões que justificam a composição da remuneração**

R. Unicamente a situação econômica e financeira da empresa.

**Item 13.1, letra “c” do FR**

**Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

R. Não há, face a inexistência de metodologia prévia e a situação descrita, a consideração de indicadores de desempenho na determinação dos elementos da remuneração.

**Item 13.1, letra “d” do FR**

**Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

R. Não há a consideração de desempenho para a fixação de remuneração.

**Item 13.1, letra “e” do FR**

**Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo**

R. Se alinha a política de pagar o mínimo possível visando manter a saúde econômico financeira da Companhia.

**Item 13.1, letra “f” do FR**

**Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.**

R. Não há.

**Item 13.1, letra “g” do FR**

**Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor**



R. Não há.

## Item 13.2 do FR

### Remuneração total do Conselho de Administração

Exercício	2015 realizado	2016 realizado	2017 realizado	2018 previsto
<b>Conselho de Administração</b>				
quantidade de membros	03	03	03	03
<b>Remuneração fixa anual</b>				
• pró-labore	R\$ 24.000,00	R\$ 24.000,00	R\$ 24.000,00	R\$ 28.000,00
• benefícios			11.109,72	18.000,00
• rem. participação em comitês				
• Outros				
<b>Remuneração Variável</b>				
• bônus				
• participação nos resultados				
• comissões				
• outros				
<b>benefícios pós-emprego</b>				
<b>benefícios cessação exercício cargo</b>				
<b>remuneração baseada em ações</b>				
<b>Valor total anual, excluído conselheiro, que também é diretor, que é remunerado apenas como tal.</b>	<b>R\$ 22.400,00</b>	<b>R\$ 24.000,00</b>	<b>R\$ 35.109,72</b>	<b>R\$ 46.000,00</b>



## Item 13.2 do FR

### Remuneração total da Diretoria Estatutária

Exercício	2015 realizado	2016 realizado	2017 realizado	2018 previsto
<b>Diretoria Estatutária/Executiva</b>				
quantidade de membros	02	02	02	02
<b>Remuneração fixa anual</b>				
• pró-labore	70.825,00	R\$ 81.477,84	R\$ 85.575,72	R\$ 98.000,00
• benefícios	61.934,81	R\$ 7.260,10	R\$ 31.403,86	R\$ 28.000,00
• remuneração participação em comitês				
• Outros				
<b>Remuneração Variável</b>				
• bônus				
• participação nos resultados				
• comissões				
• outros				
<b>benefícios pós-emprego</b>				
<b>benefícios cessação exercício cargo</b>				
<b>remuneração baseada em ações</b>				
<b>Valor total anual</b>	R\$ 132.759,81	R\$ 88.737,94	R\$ 116.979,58	R\$ 126.000,00
<b>Total remuneração do conselho de administração e diretoria</b>	R\$ 156.759,81	R\$ 112.737,94	R\$ 152.089,30	R\$ 172.000,00

Nota: Não há conselho fiscal permanente e atualmente não está instalado.

### Item 13.3, 13.4, do FR - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal e plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária.

R. Não há remuneração variável ou plano de remuneração em ações.



## Item 13.5 do FR

**Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores – por órgão.**

<b>LOJAS HERING S/A</b>						
<b>AÇÕES DETIDAS PELO CONSELHO DE ADM. E DIRETORIA ESTATUTÁRIA</b>						
	<b>ORD.</b>	<b>%</b>	<b>PREF.</b>	<b>%</b>	<b>TOTAL</b>	<b>%</b>
<b>POSIÇÃO: 31/12/2015</b>						
Conselho de Administração	41.473	89,6287	65.953	77,7904	107.426	81,9702
Diretoria Estatutária	1.661	3,58964	4.108	4,84531	5.769	4,4020
<b>Total</b>	<b>43.134</b>	<b>93,21836</b>	<b>70.061</b>	<b>82,63567</b>	<b>113.195</b>	<b>86,3721</b>
<b>POSIÇÃO: 31/12/2016</b>						
Conselho de Administração	41.473	89,6287	65.953	77,7904	107.426	81,9702
Diretoria Estatutária	1.661	3,58964	4.108	4,84531	5.769	4,4020
<b>Total</b>	<b>43.134</b>	<b>93,21836</b>	<b>70.061</b>	<b>82,63567</b>	<b>113.195</b>	<b>86,3721</b>
<b>POSIÇÃO: 31/12/2017</b>						
Conselho de Administração	41.473	89,6287	65.953	77,7904	107.426	81,9702
Diretoria Estatutária	1.661	3,58964	4.163	4,9102	5.7824	4,4439
<b>Total</b>	<b>43.134</b>	<b>93,21836</b>	<b>70.116</b>	<b>82,7005</b>	<b>113.195</b>	<b>86,4141</b>

Notas: 1) A quantidade de ações inclui as ações detidas pelo cônjuge, em havendo.

2) O Diretor que integra o Conselho de Administração, teve sua posição informada no Conselho.

## Item 13.6 do FR

**Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária**

R. Não há previsão e não houve pagamento de remuneração baseada em ações.

## Item 13.7 do FR

**Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária.**

R. Prejudicado, por não haver opções em aberto.

## Item 13.8 do FR

**Opções exercidas e ações entregues, relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria executiva.**

R. Não houve ou há este tipo de remuneração.

## Item 13.9 do FR

**Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 à 13.8**



– Método de precificação do valor das ações e das opções.

R. Nada a informar.

**Item 13.10 do FR**

**Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários.**

R. Não existem planos de previdência.

**Item 13.11 do FR**

**Remuneração individual máxima, mínima e média anual do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal.**

	2015	2016	2017
<b>Conselho de Administração</b>			
quantidade de membros	03	03	03
valor da maior remuneração	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 23.109,72
valor da menor remuneração	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00
valor médio da remuneração	R\$ 12.000,00	R\$ 12.000,00	R\$ 17.554,90
<b>Diretoria Estatutária</b>			
quantidade de membros	02	02	02
valor da maior remuneração	R\$ 78.668,10	R\$ 64.939,10	R\$ 77.866,90
valor da menor remuneração	R\$ 54.091,70	R\$ 23.798,80	R\$ 39.112,60
valor médio da remuneração	R\$ 66.379,91	R\$ 44.368,97	R\$ 58.489,79

Nota: os valores informados são anuais

**Itens 13.12 do FR**

**Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria**

R. Não há tais arranjos contratuais, apólices de seguros ou outro instrumento.

**Item 13.13 do FR**

**Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores**

R. Não aplicável.

**Item 13.14 do FR**

**Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam.**

R. Não houve pagamento de valores a título de remuneração não vinculada a função.

**Item 13.15 do FR**

**Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedade sob controle comum e de controladas do emissor.**

R. Não se aplica. A sociedade não integra grupo econômico.

**Item 13.16 do FR**

**Outras informações relevantes.**

R. Não há outras informações relevantes.